PROJETO DE LEI Nº , de 2016
(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Institui instrumento de proteção à mulher no combate à violência perpetrada por agressores que resultem na necessidade de utilização de serviços prestados pelo Estado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria instrumento de combate da violência contra a mulher, por meio de multa contra o agressor e o ressarcimento pelas despesas decorrentes de acionamento dos serviços públicos.

Art. 2º Fica instituída multa contra o agressor toda vez que os serviços prestados pelo Estado forem acionados para atender mulher ameaçada ou vítima de violência.

§ 1º Responderá pela multa o autor do ato, da ameaça ou da violência contra a mulher que der causa ao acionamento dos serviços prestados por órgãos ou agentes públicos.

§ 2º Qualquer pessoa que tiver conhecimento de ameaça ou violência contra a mulher poderá acionar o serviço público.

§ 3º Considera-se acionamento do serviço público qualquer deslocamento ou serviço efetuado por agentes dos órgãos públicos indicados abaixo para assistência de qualquer natureza à vítima:

- I - Serviços de Identificação e Perícia (exame de corpo de delito);
- II - Serviço de Busca e Salvamento;
- III - Serviço de Policiamento;
- IV - Serviço da Polícia Judiciária;
- V - Requisição de Botão do Pânico;
- VI - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

Art. 3º Consideram-se violência contra a mulher os delitos estabelecidos na Legislação Penal e os previstos nos arts. 5º e 7º da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Art. 4º O Poder Executivo fixará o valor da multa e os procedimentos para a aplicação desta.

Parágrafo Único. Os valores auferidos por meio das cobranças de multas referidas nesta Lei serão aplicados em políticas públicas voltadas à redução da violência contra a mulher.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil registrou, nos dez primeiros meses de 2015, 63.090 denúncias de violência contra a mulher - o que corresponde a um relato a cada 7 minutos no País. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a partir de balanço dos relatos recebidos pelo Ligue 180. Em quase 70% dos casos, quem espanca ou mata a mulher é o namorado, marido ou ex-marido. Entre 87 países, o Brasil é o 7º que mais mata. São 4,4 assassinatos em cada grupo de 100 mil mulheres.

Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que a maioria desses crimes (33,2%) tem parceiros ou ex-parceiros como autores. De cada sete feminicídios, quatro foram praticados por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto com a mulher.

A situação é ainda mais preocupante em relação às mulheres negras - entre este grupo, o número de mortes aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Na mesma época, a quantidade de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, de 1.747 para 1.576.

Os dados acima são suficientes para justificar o engajamento do Poder Legislativo no combate à violência de gênero. Além dos fatos regionais estarem em crescente aumento, é necessário lembrar, também, do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência - um acordo federativo entre União, Estados, DF e Municípios, pelo qual os entes se comprometem a enfrentar todas as formas de violência contra a mulher. Muito embora o Estado Brasileiro assine o pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres e crie uma política, ainda não oferece as condições para a sua aplicabilidade.

As inovações no combate a violência contra a mulher, produzidas pela “Lei Maria da Penha”, denotam um grande avanço no campo político e jurídico, mas sua efetiva aplicação implica em mudanças institucionais nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e na criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

A morosidade no atendimento, o número insuficiente de servidores para realizar o atendimento no judiciário, aliados a infraestrutura precária das Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher que além das

instalações inadequadas e o desconhecimento do corpo funcional sobre a questão do gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher demonstra que o Estado Brasileiro ainda não oferece condições para aplicação dessa importante Lei.

O presente projeto de Lei contribui com o mecanismo de inibição da violência contra a mulher, aperfeiçoando a aplicação de Lei Maria da Penha quando dispõe sobre mecanismo de inibição da violência contra o agressor, para ressarcimento à União por despesas decorrentes de acionamento dos serviços públicos.

Diante do exposto, buscando a concretização da proposta em epígrafe, com o objetivo de promover políticas públicas efetivas e integradas para a prevenção, o atendimento e o acompanhamento dos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres e minimizar, se é que isso seja possível, a dor imensurável enfrentada por mulheres vítimas de violência, conto com o apoio de meus Nobres Pares desta Casa em seu regular trâmite, efetiva aprovação e ulterior aplicabilidade.

Sala das Sessões, de de 2016.

POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

PDT/RS